

INSTITUTO DE TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO - ITEP/OS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ASSOCIAÇÃO INSTITUTO DE TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – ITEP/OS, é constituída sob a forma jurídica de associação civil de direito privado sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, sob o nº 05.774.391/0001-15, qualificada como Organização Social – OS, através do Decreto nº 26.025, 14 de outubro de 2003.

O âmbito de atuação do ITEP se estende por todo o território nacional e fora dele, através de representações que venham a se estabelecer, a critério do Conselho de Administração, as quais deverão se submeter e reger-se-ão pelas disposições estatutárias e pelo Regimento Interno, sendo a Associação constituída por um número limitado de associados.

2. MISSÃO E OBJETIVOS SOCIAIS DO ITEP

O ITEP/OS tem como missão gerar e difundir conhecimentos, prestar serviços especializados, realizar pesquisa aplicada, formar recursos humanos qualificados em Ciência e Tecnologia, promover a inovação e a competitividade tecnológica, visando o desenvolvimento socioeconômico ambientalmente sustentável e a melhoria da qualidade de vida, em particular do Estado de Pernambuco e, em geral, da região Nordeste e do País.

3. SUMÁRIO DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS ELEMENTOS PATRIMONIAIS

3.1 Sumário das Práticas Contábeis

- 3.1.1 Por ser uma Entidade sem finalidade de lucros, aplica-se a mesma os Princípios de Contabilidade e Interpretação contida na Resolução CFC nº 1409, 21 de setembro de 2012, que aprova a ITG (Norma Brasileira de Contabilidade - Interpretação Técnica) 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros. Também se aplica, quando o caso requer, a NBC TG (Norma Brasileira de Contabilidade - Geral) 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.
- 3.1.2 As receitas e as despesas são reconhecidas respeitando-se o regime contábil de competência. Quando ocorridas, as doações e subvenções recebidas para custeio e investimento devem ser reconhecidas no resultado, observado o disposto na NBC TG (Norma Brasileira de Contabilidade – Geral) 07 – Subvenção e Assistência Governamentais.
- 3.1.3 Os registros contábeis evidenciam as contas de receitas e despesas, superávit ou déficit, de forma segregada, identificáveis por tipo de atividade. A entidade constituiu provisão em montante suficiente para atender as suas obrigações junto a terceiros. Enfatizamos também que não há necessidade de se

constituir provisões relativas a valores de realização, bem assim baixa de valores prescritos, incobráveis e anistiados.

- 3.1.4 O valor do superávit ou déficit foi incorporado ao Patrimônio Social. Os registros contábeis são segregados de forma que permitam a apuração das informações para prestação de contas exigidas por entidades governamentais, aportadores, reguladores e usuários em geral.

- 3.1.5 Na adoção inicial da Resolução nº 1.409, de 21 de setembro de 2012, a entidade não adotou os procedimentos do custo atribuído (*deemed cost*) de que trata a ITG (Sessão 35 da Resolução CFC nº 1255, de 10 de dezembro de 2009, NBCT – TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas) 10. No caso da entidade, não há a necessidade de se ter registro em contas de compensação. A Entidade recebe alguns recursos de aplicação restrita, os quais são depositados em instituições financeiras, gerando os correspondentes rendimentos

3.2 Elementos Patrimoniais

- 3.2.1 A Entidade possui aplicações de Liquidez Imediata e Aplicações de Curto Prazo as datas de 31 de dezembro de 2014 e 2013, a saber:

APLICAÇÕES	31/12/2014	31/12/2013
Invest Plus Bradesco	R\$ 1.887.329,14	R\$ 2.184.780,94
Santander - Renda Fixa Po FIC Empresa	R\$ 2.355.316,31	R\$ 2.909.419,83
Banco do Brasil - BB Renda Fixa LP 100	R\$ 2.122,15	R\$ 127.767,87
Banco do Brasil - BB CP Automático	R\$ 12.621,98	R\$ 190.413,36
Banco do Brasil - BB CP 50 Mil	R\$ 229.906,90	R\$ 776.560,66
Banco do Brasil - BB Renda Fixa 500	R\$ 5.720,86	R\$ 47.315,19
Banco do Brasil - BB Admin Supremo	R\$ 39,46	R\$ 37,51
Banco do Brasil - BB CDB DI	R\$ 63.500,00	R\$ 366.500,00
Caixa Econômica FIC	R\$ 49,29	R\$ 1.681,28

3.2.2 Estoques

Com saldos de R\$ 1.010.412,42, em 2014 e de R\$ 1.059.883,41, em 2013, os estoques dizem respeito a material de consumo, estando avaliados ao custo médio de aquisição, que não ultrapassa o valor justo (valor de mercado). Nesse caso, não se tornou necessário o registro de uma estimativa de redução desse custo ao preço de mercado ao valor justo.

3.2.3 Imobilizado

Convém destacar que a entidade não levou a efeito a faculdade do ajuste ao Custo Atribuído, consoante previsto em Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Ademais, não foi levada em consideração a redução do imobilizado em relação ao Teste de Recuperabilidade. Destaca-se que entidade não

procedeu, nos exercícios sócios de 2013 e 2014, o teste de recuperabilidade devido à falta de um tombamento patrimonial. A entidade planeja efetuar esse levantamento patrimonial durante o atual exercício social.

3.2.4 Imposto de Renda e CSLL

Considerando a atividade exercida pela Entidade, eis que essa não é sujeito passivo de obrigações tributárias, na qualidade de contribuinte.

3.2.5 Provisões em Geral

Atendendo as normas societárias e ao regime contábil de competência dos exercícios, a entidade vem contabilizando as provisões que digam respeito a obrigações junto a terceiros.

4. DETALHAMENTO DO IMOBILIZADO

As contas sintéticas que formam o grupo do Ativo Não Circulante, subgrupo Imobilizado apresentam-se com os seguintes saldos:

CONTAS	31/12/2014	31/12/2013
Móveis e Utensílios	R\$ 1.276.663,99	R\$ 1.193.181,06
Máquinas e Equipamentos	R\$ 10.278.775,56	R\$ 9.372.676,11
Material Didático	R\$ 103.493,38	R\$ 76.345,30
Veículos	R\$ 1.741.961,55	R\$ 1.725.961,55
Equipamentos de Informática	R\$ 2.509.183,94	R\$ 2.137.953,94
(=) Valor Bruto do Imobilizado	R\$ 15.910.078,42	R\$14.506.117,96
(-) Depreciação Acumulada	R\$ 2.360.794,56	R\$ 2.360.794,56
(=) Valor Líquido do Imobilizado	R\$ 13.549.283,86	12.145.323,40

5. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E OBRIGAÇÕES FISCAIS

As obrigações tributárias e fiscais estão assim compostas:

OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E FISCAIS - PARCELAMENTOS	2014	2013
PASSIVO CIRCULANTE	1.370.472	1.186.201
IRRF		
ISS	338.262	161.997
PIS/PASEP	11.268	9.209
COFINS	26.897	19.480
INSS	821.861	821.861
PIS/COFINS/CSLL RETIDOS	33.491	38.107
PAEX PIS Parcelamento	5.549	815
PAEX COFINS Parcelamento	497	6.621
INSS Parcelamento INSS N° 61201895-4	2.054	27.383
	130.593	100.727
PASSIVO NÃO CIRCULANTE - EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	537.924	42.456
INSS Parcelamento INSS N° 61201895-4		
PAEX PIS Parcelamento	495.468	-
PAEX COFINS Parcelamento	6.957	6.957
	35.499	35.499
TOTAL	1.908.395	1.228.657

Frederico Cavalcanti Montenegro
Diretor Presidente

Mariano Carneiro da Cunha Rijo
Contador - CRC 022313/O-1